



COLÉGIO PEDRO II - CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO III

DEPTO DE FILOSOFIA - 2013.

TEXTO PARA ESTUDO

SÉRIE: 1ª Turmas: 2102, 2104, 2106, 2112

COORDENADORA: Joana Tolentino PROFESSOR: Fernando Maia

**PLATÃO (428/427 – 347 a.C.)**

### **VIDA**

Nasceu em Atenas, de família aristocrática; seu pai, Ariston, era descendente do rei ático Codro, e sua mãe, Perictione, era descendente de Drópidas, parente de Sólon.

Em 431 a.C. eclode a guerra do Peloponeso que não só envolveu a liga ateniense contra Esparta e seus aliados, mas produziu muitos conflitos dentro das cidades que oscilavam entre um regime oligárquico e democrático. Em Atenas (cidade de Platão), após a morte de Péricles em 430a.C. houve um movimento político que diminuiu o número de aristocratas favoráveis ao regime democrático. Ocorreu a ascensão de um grupo de oportunistas e demagogos cujas habilidades retóricas garantiam um sucesso real nas assembleias populares.

Expandia-se, então, a ideia de uma certa relatividade nos modos de vida, devido à expansão do mundo em convivência e repercutia a ideia de que os valores morais e políticos eram convencionais, dependentes do acordo dos cidadãos ou do reconhecimento das cidades. Os critérios do justo e do bem só tinham o valor que lhes conferiam a comunidade política. Nasciam, assim, as primeiras especulações sobre a natureza e a legitimidade do poder. Entre os sofistas a questão referente a saber se a lei é justa quando promove o interesse do mais forte ou do maior número é tema de constante e abundante debate. Platão foi, durante sua juventude, marcado por estes eventos e por estes debates. Estabilizar a definição dos termos e separar a moralidade do consenso e das convenções são duas exigências que orientam a filosofia de Platão.

Com o fim da guerra do Peloponeso (404 a.C.), a derrotada Atenas é governada por uma tirania imposta por Esparta. É o governo dos trinta tiranos entre os quais estão dois parentes de Platão: um tio materno, Cármides, e um primo de Perictione, Crítias. Platão tinha, na ocasião, vinte e três anos. Em menos de um ano, entretanto, a democracia foi restabelecida em Atenas. Diante de todas essas oscilações se desenvolveu a juventude de Platão que faria, ainda, um encontro decisivo.

Por volta dos vinte anos de idade, Platão conhece e segue com vivo interesse os ensinamentos de Sócrates, então plenamente envolvido com sua missão de fazer os atenienses se conhecerem e melhorarem, assim, suas almas. Granjeando a antipatia de muitos, Sócrates é condenado à morte em 399 a.C. Platão, com vinte e oito anos, entende que a morte de seu mestre ilustrava a evidência de um mal político irreduzível, ligado seja à democracia, seja à aristocracia. Em busca do que seria um modo justo de governo, Platão desiste da carreira política em Atenas e é “irresistivelmente levado a abraçar a verdadeira filosofia” (*Carta VII*, 326a).

Muitas histórias há sobre os anos seguintes da vida de Platão, mas pouquíssimos são os acordos que se encontram entre estas histórias. De concreto podemos admitir uma viagem à Magna Grécia (colônias gregas na Itália), onde Platão teria encontrado os pitagóricos, em particular com Arquitas de Tarento. Por intermédio deste filósofo, matemático e político que era Arquitas, Platão entrou em contato com o pensamento dos sucessores de Parmênides.

De grande importância na vida de Platão é sua aventura siciliana que começa em 388 a.C. Tendo aceitado o convite feito por Dionísio, o velho, tirano de Siracusa para frequentar a corte siracusana, Platão teria tentado convencer o tirano a estabelecer em seus domínios um governo filosófico. Sem sucesso com o tirano, Platão parece ter caído nas graças do afilhado de Dionísio, Díon. Somente alguns meses durou a primeira viagem de Platão a Siracusa. Em 366 a.C., Díon convence Platão de que o novo tirano, Dionísio II, estaria disposto a adotar as ideias políticas platônicas. Mas Dionísio II não quis se submeter ao modo de vida ascético nem seguir os

ensinamentos filosóficos de Platão. Esta segunda passagem de Platão por Siracusa terminou com o banimento de Dion. Por volta de 361 a.C., retornou a Siracusa e clamou pela causa de seu amigo Dion que teve todos os bens confiscados. Logo, vendo-se em dificuldades políticas, Platão consegue se salvar da graças a Arquitas que intervem em seu favor. Somados à morte de Sócrates, os acontecimentos da aventura siciliana, que duraram quase quarenta anos, somente aumentaram o pessimismo político de Platão.

Por volta de 387 a.C, de volta a Atenas, Platão aí funda aquela que seria a primeira escola de filosofia da história, a Academia. Situada na zona noroeste de Atenas num local arborizado e servido por fontes de água, no parque dedicado ao herói Akademos. Esta escola sobreviveu neste local até o século I a.C, quando foi transferida para o interior da cidade, para o ginásio chamado de Ptolomeu. Foi grande o sucesso da Academia, sua ambição era a de preparar os jovens, por meio de uma formação científica e filosófica, para administrarem a cidade em conformidade com a justiça.

Platão morre em 347 a.C, com mais ou menos oitenta anos. Estava próximo o fim daquilo que fora a potência ateniense.

### OBRA

Muitas são as obras de Platão que nos chegaram. Dentre estes muitos textos alguns são tidos como inautênticos, outros como de autenticidade duvidosa e outros como autênticos. Estes últimos, por sua vez, são ordenados por períodos do pensamento platônico.

Período de juventude (399 – 390 a.C): são diálogos são próximos da condenação de Sócrates, São chamados de diálogos socráticos e operam segundo um método crítico de exame em que as falsas certezas são destruídas, sem que uma verdadeira definição das noções morais consideradas (sabedoria prática, *sophrosine*, coragem) seja proposta.

Período de transição (390 – 385 a.C.): diálogos do período em que foi fundada a Academia. Apesar da forte marca socrática vemos surgirem temas próprios ao pensamento platônico como o conhecimento por rememoração e a grande importância dada ao conhecimento matemático (*Menon*).

Período de maturidade (385 – 370 a.C.): diálogos em que o coração da filosofia platônica é apresentado. Aparecem a concepção platônica da alma (*Fedon*), a concepção do amor (*Banquete*), as propostas para reformas políticas baseadas no Bem (*República*), além de uma crítica da retórica baseada em uma teoria da alma (*Fedro*).

Período da velhice (370 – 348 a.C): são diálogos de grande amplitude técnica. Aí surgem temas como a definição do conhecimento (*Teeteto*) em que são criticadas as concepções de Heráclito e de Protágoras. Há uma discussão ontológica com o eleatismo que tanto marca a filosofia de Platão (*Sofista*, *Parmênides*). É apresentada uma doutrina física (*Timeu*) e um sistema política detalhado (*Leis*).

Os diálogos platônicos apresentam a forma de um “drama” filosófico. Nos diálogos, Platão restitui um inquérito que se deixa guiar pelos requisitos da busca da verdade. Este drama, em que muitos atores tomam parte, é centrado sobre o exame de um problema e pode progredir para uma resolução ou para a admissão de que uma solução, no momento, é impossível, o que Platão chamava de *aporia*. Sócrates aparece quase sempre como o mestre da discussão, aquele que coloca questões, critica as respostas e se mostra especialista na arte do diálogo que Platão chama de dialética.

### CONHECIMENTO

Como conhecer? O que conhecer? Como se assegurar da realidade de seu conhecimento? A definição das condições do conhecimento é uma preocupação constante na obra platônica. Desde os primeiros diálogos, vemos Sócrates interrogando sem parar seus interlocutores para se assegurar da verdade dos saberes destes interlocutores. É toda a questão da ignorância socrática, o mais sábio dos homens segundo o Oráculo de Delfos, que aparece nos diálogos de Platão.

Podemos pensar que esta ignorância consciente de si mesma é uma espécie de saber, já que ela constitui o único estado no qual um verdadeiro conhecimento é possível. Mas ela representa,

sobretudo, a condição a partir da qual podemos distinguir entre verdadeiros e falsos saberes. Pois um verdadeiro conhecimento exige, segundo Sócrates, uma compreensão unificada dos fenômenos aos quais se aplica. Os pretensos saberes que não apresentam este tipo de compreensão unificada, ou de apreensão dos princípios, são somente memória tateante de fatos, procedendo por semelhanças e sempre condicionados pelo efeito que querem produzir. Por exemplo:: a medicina e a ginástica conhecem as razões do que querem produzir, sabem como adaptar remédios e regimes às diferentes constituições, enquanto que a cozinha e a cosmética se contentam em buscar, tateando, aquilo que dá prazer. São somente rotinas práticas que agem sem razão.

Além disso, a capacidade em definir seu objeto é o sinal mais seguro de um saber real. Disso testemunha a questão chave que Sócrates endereça a seus interlocutores que pretendem deter um saber: O que é...? questão que não pergunta pelo sentido do termo nem demanda por exemplos. Não se trata de definir uma palavra, de exhibir uma realidade que a ilustre ou de mostrar a causa. As perguntas de Sócrates: o que é o belo, Híppias? o que é a piedade Eutífron? Expressam a exigência de por em evidência um caráter comum, que chamaremos também de essência (designada pelos termos gregos *ousia* ou *eidos*) que permite explicar porquê julgamos tal coisa bela ou piedosa. Uma definição da essência é tal que ela pode se aplicar a todas as coisas que caem sob ela e nunca é possível de ser aplicada ao seu contrário. Não existe uma virtude para cada pessoa, uma virtude para o homem outra para a mulher, uma para o senhor outra para o escravo, uma para o adulto outra para a criança e nunca o ímpio será caracterizado como piedoso. É a exigência platônica da integridade e da permanência no objeto do saber garantida por esta forma de universal que é o *eidos*. A dialética será o meio essencial para nos livrarmos das falsas pretensões de conhecimento que bloqueiam o acesso ao *eidos*.

O dialético é definido por Platão como sendo aquele que “conhece a arte de interrogar e de responder”, a arte de conduzir metodicamente uma discussão (*Crátilo*). Esta arte dialética tem como termo o acordo entre os interlocutores e a admissão recíproca das teses estabelecidas. O assentimento do interlocutor não é baseado na sedução, como faz a retórica, nem o perturbando, o reduzindo ao silêncio, como fazem os sofistas em suas refutações. A conversa deve levar a uma homologia, a uma comunidade de visão adquiridas nos modos de considerar um tema e de falar sobre ele. A dialética, concebida como a arte de interrogar e de responder, é constantemente empregada como um instrumento de análise e de crítica do conhecimento. Em sua elaboração encontraremos as duas etapas que estudamos em Sócrates o *elenchos* e a maiêutica.

## REMINISCÊNCIA E CONHECIMENTO

No diálogo *Menon* aparece pela primeira vez a definição platônica do conhecimento como processo de rememoração, uma das teses mais fortes e mais constantes do platonismo.

Um paradoxo é aí proposto para mostrar a impossibilidade de toda busca. De fato, ou não sabemos o que buscamos e, então, não sabemos nem o procurar nem saber que o encontramos; ou sabemos o que buscamos e, então, buscá-lo não faz o menor sentido. Sócrates propõe, como única resposta válida a esta dificuldade, a hipótese de uma rememoração pela alma de verdades anteriormente conhecidas. “Como a alma é imortal e renasce muitas vezes, ela viu tanto as coisas daqui quanto as do Hades, ou seja, todas as realidades, não há nada que ela não tenha aprendido. De modo que não é espantoso, a respeito da virtude como a respeito de outras coisas, que haja rememoração destas coisas que ela tinha, ao menos num tempo anterior, o conhecimento” (*Menon*, 81c). A alma tendo aprendido antes da encarnação na vida presente tudo aquilo de que ela vai adquirir conhecimento, a busca e o fato de aprender são sempre a reativação de um conhecimento total, mas latente. A rememoração pela alma de algo anteriormente conhecido deve poder dar acesso a todas as outras verdades que a alma possui “com a condição de ser corajoso e buscar sem temer a fadiga. Assim, o fato de buscar e o fato de aprender são uma reminiscência” (81d)

O ato de aprender corresponde ao esforço de rememoração necessário para trazer de novo à consciência, o conhecimento que a alma possui, mas esqueceu. Mas a rememoração não é apenas um esforço de memória, Platão a descreve como uma investigação intelectual guiada pela certeza de que não há ignorância total a respeito de um objeto e de que é preciso se lembrar do que

conhecemos. É um processo biface: ao mesmo tempo reativação de um conteúdo latente ou relembração (*anamnese*) e verdadeira aprendizagem (*mathesis*) quando relacionamos esta lembrança à consciência da ignorância que a precede. Longe de ser uma busca desordenada no meio das lembranças, o esforço de rememoração objetiva encontrar uma verdade já possuída a qual orienta implicitamente tal esforço.

No desenvolvimento de sua filosofia, Platão define que a reminiscência se relaciona apenas com as verdades independentes da experiência. Existe uma realidade das coisas em si que nossa alma esquece no momento em que encarnamos. É a esta realidade em si que reportamos aquela que nos vem pelos sentidos., pois todo conhecimento que possuímos é adquirido antes da encarnação. Esta concepção do conhecimento (*episteme*) conduz Platão a colocar os fatos empíricos (mesmo levando em consideração que há diferentes níveis de opinião, *doxa*), particulares e históricos fora do conhecimento e a reter somente as proposições não empíricas. (Canto-Sperber, *Platão*)

## Platão e a teoria das Formas

A posição das Formas, das realidades inteligíveis resulta inicialmente da ambição de definir as condições de um verdadeiro conhecimento. A presença de um conhecimento inato, mas latente, foi bem estabelecida desde a formulação da teoria da Reminiscência. Faltava definir a natureza dos objetos sobre os quais um tal conhecimento dizia respeito. Para responder a essa questão, Platão retoma, em parte, os esforços socráticos consagrados a definir a essência comum a uma multiplicidade de objetos. Mas a rejeição platônica de um conhecimento empírico deve ser acrescida. Refutando a tese de que a essência dos seres varia de acordo com cada indivíduo em função das circunstâncias, Sócrates exige a presença de uma certa estabilidade nas coisas que mudam. No diálogo *Crátilo*, Sócrates insiste que existe um belo e um bem em si, sempre iguais a si mesmos e no mesmo estado, desprovidos de toda mudança e de todo movimento, não perdendo nunca sua forma. Se não reconhecermos a existência de tais realidades, se a única realidade for a realidade sensível sempre em mudança nunca haverá conhecimento. Esta insistência parece já indicar que o *eidos* não é mais concebido como imanente aos objetos sensíveis, mas apresenta certos caracteres que servirão para definir a Forma, concebida como uma realidade não empírica, conhecida pelo espírito e não pelos sentidos.

Mesmo quando parece admitir que o movimento em direção ao inteligível é suscitado por certos objetos sensíveis causadores de contradição e embaraço que forcem a reflexão, Platão aponta que esses objetos pedem a posição de uma realidade permanente e estável.

Dois aspectos principais comandam a teoria das Formas. O primeiro é a busca de uma unidade inteligível que possa estar no fundamento das múltiplas realidades que partilham de uma mesma denominação (a beleza de todas as coisas belas). O segundo aspecto é a busca de uma realidade livre de contradições que leva a reconhecer que só pode ser conhecido o que é inteiramente o que é, que exclui toda possibilidade de qualificação contrária. A Forma da beleza possui uma existência eterna, que ignora geração e destruição, crescimento e diminuição, que, em segundo lugar, não é bela num ponto e feia em outro.

A existência de uma Forma permite nomear ou qualificar de modo estável todas as coisas que dela participam segundo uma relação de denominação que consiste em dar o nome da Forma às realidades sensíveis de tal modo que esse nome se torna um nome comum. Platão não nos deixou nenhuma explicação precisa sobre a natureza dessa participação do mundo sensível ao inteligível. De modo geral dois modos de relação servem para pensar a relação sensível-inteligível. Uma relação de participação em que o mundo sensível só tem existência por participação no inteligível, as coisas belas seriam belas pela presença (*parousia*) nelas do belo em si. E uma relação de semelhança ou de modelo-cópia, as Formas sendo os modelos arquetípicos cujos sensíveis copiam.

Esta relação de semelhança é que anima os livros VI e VII de *A república* (Canto-Sperber)

(...) quando Protágoras declara que o homem é a medida de todas as coisas, afirma que a Cidade é o produto do ato dos homens e que as leis resultam de convenções. Na mesma ótica, Crítias chegará a afirmar que os deuses são criação dos governantes para dar estabilidade à ordem social. Para legitimar o regime democrático, Protágoras reinterpreta à sua maneira o mito de Prometeu; ele diz que os deuses, que distribuíram desigualmente o talento entre os homens, deulhes (para compensar a sua fraqueza em comparação com os animais), *a todos igualmente*, a capacidade de julgar o bem comum. É assim afirmada a preeminência do homem que não tem outro juiz além dele mesmo.

É contra essas teses que, segundo Platão, a reta filosofia deve se dirigir – em nome do que é divino no homem... Essa filosofia não tem dificuldade em mostrar que, se tomarmos a sério a sofística, qualquer possibilidade de enunciação duradouramente válida está bloqueada, e por conseguinte, qualquer política coerente. Uma tal política só pode ser fundada num conhecimento exato da ordem das coisas. Tudo se passa, portanto, como se o filósofo dispusesse de uma alternativa:

- ou a concepção dos sofistas é correta, caso em que é preciso optar pela democracia e por seu

aborto, a tirania, como seu cortejo de violências, de injustiças e de servidões. Se a lei (*nomos*) não é garantida por uma ordem qualquer, a dos deuses ou da natureza, então cada um está no direito de agir com o objetivo de satisfazer seus impulsos, de pretender ser tirano

•*ou* existe uma ordem superior – que não é a falsa ordem da natureza ou dos deuses tradicionais – que só pode ser apreendida pelos que se esforçam no sentido de domar os próprios apetites sensíveis e de exercitar o “olho da alma” através de uma educação sistemática do *logos*, da atividade discursiva: esses verão se esboçar no mundo inteligível o esquema da Cidade perfeita, que corresponde ao da alma individual bem regada.

Esse esquema é o seguinte: uma classe de cidadãos deve prover as necessidades materiais da coletividade; sua virtude é trabalhar e obedecer; em sua alma predominam os apetites. Uma outra classe tem como missão rechaçar os inimigos e garantir a segurança interna; sua virtude é a impetuosidade e a disciplina: é composta pelos indivíduos cuja alma é orgulhosa e corajosa. Finalmente, uma outra classe garante a autoridade soberana e gere a coletividade; é constituída pelas naturezas filosóficas, pelos “filhos das Ideias”, que provaram = pelo exercício e pelo estudo – sua capacidade para saber e, portanto, para comandar. Cabe ao rei-filósofo proceder às melhores combinações eugênicas e à seleção que permita a classificação de cada cidadão na classe adequada à sua natureza.

## Platão e a alegoria da caverna

(adaptação da República, 514 a)

Sócrates - Compare nossa natureza com uma condição desse gênero: Imagine uma caverna subterrânea com uma grande entrada aberta para a luz . No interior desta caverna encontram-se prisioneiros acorrentados pelas pernas e pelo pescoço, desde a infância, de tal modo que não se podem mover nem olhar senão para sua frente. Num plano superior a eles arde um fogo a certa distância e num espaço intermediário entre o fogo e os prisioneiros sobe um caminho, onde existe um muro semelhante aos tabiques dos palcos de teatro de marionete.

Glauco - Posso imaginar a cena.

S - Ao longo deste muro passam homens carregando uma enorme variedade de objetos fabricados que se deixam ver pôr sobre o muro: estátuas, animais em pedra ou madeira, e artigos fabricados de todas as espécies. Entre os carregadores há os que carregam em silêncio e há os que vão conversando.

G- Que estranha imagem e que estranhos prisioneiros!

S - Eles são como nós. Poderiam eles ver outra coisa além de sombras projetadas pelo fogo na parede do fundo da caverna que está diante deles ?

G - Ora como isso seria possível se eles foram obrigados a se manterem imóveis durante toda a vida?

S - Suponha que também houvesse um eco vindo da parede da frente. Na sua opinião, cada vez que um dos carregadores falasse, você não acha que os prisioneiros pensariam que as vozes emanassem das sombras?

G - De certo!

S - E os prisioneiros, não pensariam então que a verdadeira realidade fosse as sombras projetadas pelos objetos fabricados?

G - Certamente!

S - Imagina se um deles, livre de suas correntes, fosse subitamente forçado a se levantar, virar o pescoço, caminhar e enxergar a luz. Não sentiria dor nos olhos e fugiria, voltando-se para as sombras que pode olhar e não acreditaria que estas são mais verdadeiras que os objetos que podia agora ver?

G - Muito mais verdadeiras!

S - E se fosse arrastado pela áspera e abrupta subida e não o largassem, até que chegasse à presença do sol, não se queixaria e se irritaria de ser arrastado e que diante da luz do sol seus olhos ficariam ofuscados de modo que não poderia discernir nenhum dos seres considerados agora verdadeiros?

G - Certamente não em um primeiro momento.

S - Seria necessário que ele se habituassem para poder olhar os objetos ali do alto onde agora estava. No princípio veria mais facilmente as sombras, depois as imagens dos homens

refletidas na água para só então ver os próprios seres. A partir destas experiências ele poderia, durante a noite, contemplar o céu e os corpos celestes, vendo a luz das estrelas e a da lua mais claramente que a do sol durante o dia?

G - Sem dúvida!

S - Por fim poderia ver o próprio sol e não apenas a sua imagem refletida na água, podendo contemplá-lo tal qual ele é.

G - Certamente.

S - Depois passaria a tirar conclusões sobre o sol, compreendendo que ele produz as estações e os anos, que governa o mundo das coisas visíveis, sendo a causa de tudo que ele e seus companheiros viam no interior da caverna?

G - É evidente que chegaria a essas conclusões.

S - Mas lembrando-se de sua habitação anterior e do saber de lá de dentro, ele não se alegraria com a mudança e não lamentaria seus companheiros?

G - Com efeito.

S - Mas considera ainda o seguinte, se voltando a descer, ocupasse de novo a mesma posição, não teria os olhos embaçados ao vir diretamente do sol? E, se entre os prisioneiros, vigorasse o hábito de conferir honras, louvores e recompensas àqueles que, por distinguirem com maior penetração as sombras que passavam e observarem melhor quais as que costumavam passar antes, depois ou ao mesmo tempo que outras, fossem mais capazes de prever os acontecimentos futuros? E se tivesse que, de novo, competir com os que permaneceram acorrentados, pronunciando-se sobre as sombras que enxergaria com dificuldade, por não ter seus olhos ainda acomodados, não lhe parece que este homem faria um papel ridículo? Os outros diriam que ele voltara lá de cima sem olhos e que não valia a pena sequer pensar em fazer tal escalada. E, não matariam, se pudessem, a quem tentasse libertá-los e conduzi-los para a luz?

G - Incontestavelmente.

S - A caverna prisão é o mundo das coisas visíveis, o fogo corresponde aos raios solares, e não terá compreendido mal se interpretar a subida para o mundo lá de cima e a contemplação das coisas que ali se encontram, com a ascensão da alma para o mundo inteligível. No mundo inteligível a última coisa que se percebe é a Idéia do Bem, e isto com grande esforço. Mas, uma vez percebida, é forçoso admitir que ela é a causa de toda a retidão e de toda beleza.



SÓCRATES – Supõe então uma linha cortada em duas partes desiguais; corta novamente cada um dos segmentos segundo a mesma proporção, o da espécie **visível** e o da **inteligível**; e obterás, no mundo visível, segundo a sua claridade ou obscuridade relativa, uma seção, a das **imagens**. Chamo imagens, em primeiro lugar, às **sombras**; seguidamente, aos **reflexos** nas águas, e àqueles que se formam em todos os corpos compactos, lisos e brilhantes, e a tudo o mais que for do mesmo gênero, se estás a entender-me.

GLAUCO – Entendo, sim.

S – Supõe agora a outra seção, da qual esta era imagem, a que nos abrange a nós, **seres vivos, e a todas as plantas e toda espécie de artefatos**.

G – Suponho.

S – Acaso consentirias em aceitar que **o visível se divide no que é verdadeiro e no que não o é**, e que, **tal como a opinião está para o saber, assim está a imagem para o modelo**?

G – Aceito perfeitamente.

S – Examina agora de que maneira se deve cortar a seção do inteligível.

G – Como?

S – Na parte anterior, a alma, servindo-se, como se fossem imagens, dos objetos que então eram imitados, é forçada a **investigar a partir de hipóteses, sem poder caminhar para o princípio, mas para a conclusão**; ao passo que, na outra parte, a que conduz ao **princípio absoluto, parte da hipótese, e, dispensando as imagens que havia no caminho, faz caminho só com o auxílio das idéias**.

G – Não percebi bem o que estiveste a dizer.

S – Vamos lá outra vez – disse eu – que compreenderás melhor o que afirmei anteriormente. Suponho que sabes que aqueles que se ocupam da geometria, da aritmética e ciências desse gênero, admitem o par e o ímpar, as figuras, três espécies de ângulos, e outras doutrinas irmãs destas, segundo o campo de cada um. Estas coisas dão-nas por sabidas, e, quando as usam como hipóteses, não acham que ainda seja necessário prestar contas disto a si mesmos nem aos outros, uma vez que são evidentes para todos. E, partindo daí e analisando todas as fases, e tirando as conseqüências, atingem o ponto a cuja investigação se tinham abalançado.

G – Isso, sei-o perfeitamente.

S – Logo, sabes também que se servem de figuras visíveis e estabelecem acerca delas os seus raciocínios, sem contudo pensarem neles, mas naquilo com que se parecem; fazem os seus raciocínios por causa do quadrado em si ou da diagonal em si, mas não daquela cuja imagem traçaram, e do mesmo modo quanto às restantes figuras. Aquilo que eles modelam ou desenharam, de que existem as sombras e os reflexos na água, servem-se disso como se fossem imagens, procurando ver o que não pode avistar-se, senão pelo pensamento.

G – Falas verdade.

S – Portanto, era isto o que eu queria dizer com a classe do inteligível, que a alma é obrigada a servir-se de hipóteses ao procurar investigá-la, sem ir ao princípio, pois não pode elevar-se acima das hipóteses, mas utilizando como imagens os próprios originais dos quais eram feitas as imagens pelos objetos da seção inferior, pois esses também, em comparação com as sombras, eram considerados e apreciados como mais claros.

G – Compreendo que te referes ao que se passa na geometria e nas ciências afins dessa.

S – Aprende então o que quero dizer com o outro segmento do inteligível, daquele que o raciocínio atinge pelo poder da **dialética**, fazendo das hipóteses não princípios, mas hipóteses de fato, uma espécie de degraus e pontos de apoio, para ir até àquilo que não admite hipóteses, que é o princípio de tudo, atingido o qual desce, fixando-se em todas as conseqüências que daí decorrem, até chegar a conclusão, sem se servir em nada de qualquer dado sensível, mas passando das idéias umas às outras, e terminando em idéias.

G – Compreendo, mas não o bastante – pois me parece que é uma tarefa cerrada, essa de que falas – que queres determinar que é mais claro o conhecimento do ser e do inteligível adquirido pela ciência da dialética do que pelas chamadas ciências, cujos princípios são hipóteses; os que as estudam são forçados a fazê-lo, pelo pensamento, e não pelos sentidos; no entanto, pelo fato de as examinarem sem subir até ao princípio, mas a partir de hipóteses, parece-te que não tem a inteligência desses fatos, embora eles sejam inteligíveis com um primeiro princípio. Parece-me que chamas **entendimento** e não **inteligência**, o modo de pensar dos geômetras e de outros cientistas, como se o entendimento fosse algo de intermédio entre a opinião e a inteligência.

S – Apreendeste perfeitamente a questão – observei eu –. Pega agora nas **quatro operações da alma** e aplica-as aos quatro segmentos: no mais elevado, a **inteligência**, no segundo, o **entendimento**; ao terceiro entrega a **fé**, e ao último a **suposição**, e coloca-os por ordem, atribuindo-lhes o mesmo grau de clareza que os seus respectivos objetos tem de verdade.

G – Compreendo – disse ele –; concordo, e vou ordená-lo como dizes.

| Alegorias da Linha e do Sol                                |                                                                                                          |                                          | Alegoria da Caverna                                                                |                          |
|------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
|                                                            | Operações da Alma                                                                                        | Objetos de conhecimento                  |                                                                                    |                          |
| Saber ( <i>Episteme</i> )/<br>Mundo<br>Inteligível         | Inteligência ( <i>Noesis</i> )<br>– ascensão dialética<br>aos primeiros princípios                       | Ideia de Bem<br>(Princípio Absoluto)     | Sol                                                                                | Mundo fora da<br>caverna |
|                                                            |                                                                                                          | Ideias                                   | Objetos naturais                                                                   |                          |
|                                                            | Conhecimento discursivo ( <i>Dianoia</i> )<br>– raciocínio a partir de hipóteses tomadas como princípios | Matemática /<br>objetos da<br>matemática | Sombras e imagens<br>fora da caverna /<br>Sombras e imagens<br>das coisas naturais |                          |
| Opinião, Senso<br>Comum ( <i>Doxa</i> )/<br>Mundo sensível | Crença ( <i>Pistis</i> )                                                                                 | Sol                                      | Fogo                                                                               | Interior da<br>Caverna   |
|                                                            |                                                                                                          | Seres vivos e coisas                     | Objetos produzidos<br>pelos homens /<br>coisas artificiais                         |                          |
|                                                            | Conjectura,<br>suposição, ilusão,<br>imaginação ( <i>Eikasia</i> )                                       | Imagens                                  | Sombras das coisas<br>artificiais                                                  |                          |